



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº 2/97

SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1997

17 de Abril de 1997

Os trabalhos foram declarados abertos no Pavilhão Polivalente da Brandoa, às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Joaquim Marques, António Pedrosa, Catolino Pinto, Jaime Garcia, Joel Monteiro, José Pedro Félix e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: O Senhor Presidente Orlando de Almeida, os Senhores Vereadores Carlos Silva, Andrade Neves, Fernando Pereira, Cumbre Tavares, Manuel Vieira, Quadrado Rego, Rodrigues Branco, e as Senhoras Vereadoras Helena Bastos e Adelaide Fontes.

I - ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação, nos termos da alínea d) do nº. 1 do Artº. 39º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora acerca da Actividade Municipal;
2. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da Câmara Municipal da Amadora relativa ao "*Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal da Amadora do ano de 1996*";

3. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artº. 39º do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da Câmara Municipal da Amadora relativa à *“Aquisição de Instalações para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Amadora”*;
4. Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artº. 39º do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da Câmara Municipal da Amadora referente ao *“Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município da Amadora”*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem de Trabalhos à discussão e não havendo intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 22 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

II - TOMADA DE POSSE

Foi dada posse ao Senhor João Ornelas Monteiro, por motivo de suspensão do Mandato, por um período de seis meses, da Senhora Isabel Maria Guerreiro Ferreira e ao Senhor Arlindo Gouveia Lopes, por Renúncia ao Mandato do Senhor Carlos Manuel Reis dos Santos (Documentos anexos à presente Acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou a população da Brandoa, representada pelo público presente e agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia pela sua colaboração de forma a que a presente Sessão se realizasse na Brandoa.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Informou ainda, que a presente Sessão, à semelhança de outras, se insere no âmbito da descentralização da Assembleia Municipal, numa tentativa de contactar mais directamente com a população das várias Freguesias do Concelho.

De seguida, abriu este período, tendo-se inscrito a Senhora Maria Francisca Galvão, os Senhores Henrique Costa, Marques Fontinha, Cândido Súcia, António Gonçalves, Francisco Santos, José Manuel Araújo e Luis Oleiro.

A Senhora Maria Francisca Galvão, interveio para falar sobre o Palácio da Brandoa, perguntando quais foram as diligências efectuadas pela Câmara, junto da Senhora Ministra da Habitação no sentido de algo fazer por aquele Palácio, solicitando à Câmara a resolução do problema o mais rapidamente possível.

O Senhor Henrique Costa, dizendo pertencer à Comissão de Moradores de Alfovelos interveio para falar sobre o mesmo, tendo para o efeito procedido à leitura de um documento (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Marques Fontinha, interveio para falar sobre a sua viatura que foi rebocada, aquando da sua permanência no Hospital, perguntando à Câmara se esta já tinha algo para lhe dizer sobre a mesma. Por fim, solicitou resposta, por escrito, à sua petição sobre as traseiras da Rua da Palmeira.

O Senhor Cândido Súcia, interveio para falar sobre Alfovelos, dizendo que foram feitas várias diligências junto da Câmara, no entanto, não foi dada qualquer resposta, tais como: os acessos pedonais à Estação do metropolitano da Pontinha; o estacionamento, dizendo que estão continuamente estacionados em cima dos passeios, camiões TIR, danificando-os; os out-doors, em frente ao jardim principal, estão a esconder o jardim; por fim referiu que existem no bairro terrenos disponíveis para construção de parques para colmatar a carência de estacionamento.

O Senhor António Gonçalves, interveio para falar sobre a Ex-Urbanização Caneças, actual Urbanização da Damaia de Cima, tendo para o efeito procedido à leitura de um documento (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Francisco Santos, interveio para falar sobre Alfovelos, nomeadamente a abertura do acesso provisório à CRIL, a Radial da Pontinha, reclamando a sua conclusão, pois as mesmas beneficiariam os acessos ao bairro. Referiu, que o estacionamento é caótico, pois aquando da aprovação da urbanização não foram previstas as garagens, perguntando por fim, se a Rua António José da Silva, devido à construção dos acessos à CRIL, vai ser fechada ao trânsito, bem como, quando é que fica pronta a CRIL.

O Senhor José Manuel Araújo, interveio para falar sobre Alfovelos, nomeadamente sobre os acessos pedonais à Estação do Metro na Pontinha, e por fim, sobre a CRIL, dizendo que esta irá estrangular o bairro.

O Senhor Luis Oleiro, na sua intervenção, falou sobre a Brandoa, nomeadamente no aspecto da segurança, dizendo que a instalação da Esquadra é necessária, uma vez que, o Posto da PSP existente não resolve a situação. Por fim, falou sobre os edificios degradados que são pertença da CMA, dizendo que estes albergam toxicodependentes e prostitutas, pelo que perguntou quais os planos existentes para a sua recuperação.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas, tais como: as acessibilidades ao Nó da Pontinha, dizendo que foi efectuada uma visita ao local, na companhia da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, a fim de se abrir um lanço da CRIL entre o Nó de Alfovelos, a Pontinha e Odivelas. Sobre a Radial da Pontinha, informou que a obra já foi concursada e que as obras terão início ainda este ano. Relativamente à acessibilidade ao Metro, disse que a Câmara tem vindo a negociar com a JAE e com o Metro de modo a satisfazer melhor a população, esperando que as obras do chamado “Nó de Benfica”, localizado onde actualmente se encontra a Vacaria, se iniciem ainda este ano. Por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

fim referiu que este Nó é fundamental pois permite o escoamento do trânsito da Amadora, e especialmente o de Alfoanelos, com entradas e saídas independentes.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores Armando Paulino, Guilherme Guimarães, Galhanas da Luz, José Teodoro, Francisco Mota, António Filipe, João Caldeira, João Vieira, e a Senhora Maria Luisa Jubilado.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, agradeceu a realização desta Sessão na Brandoa, esperando que a descentralização das Sessões para as Freguesias sirva de exemplo para os próximos eleitos da Assembleia. De seguida, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que é um problema que tem vários contornos, mas que há um ponto que permanece na ordem do dia, até que lhe seja dada informação contrária, isto é, aquando da entrega das chaves aos moradores realojados do Zambujal, ocorreu uma conversa entre ele, a Senhora Secretária de Estado da Habitação e o Senhor Presidente da Câmara da Amadora e em que o entendimento que tirou daquela conversa foi de que a Câmara iria tentar a posse administrativa do Palácio, e uma vez tomada a posse, a Secretária de Estado tentaria resolver o problema do realojamento, através de legislação adequada, pelo que gostaria de ser informado se é verdade, se a situação se mantém ou se houve alguma alteração. Falou ainda sobre os acessos ao IC17, dizendo que estes vão trazer problemas à freguesia da Brandoa, lamentando que esta situação tivesse sido tratada nas costas de quem, localmente, viverá o problema, isto é, os moradores da freguesia, representados pela Junta. Referiu ainda que teve conhecimento da realização de algumas reuniões entre a Câmara e a JAE, onde foram tomadas decisões sobre esta questão, não tendo a Junta de Freguesia sido consultada para se pronunciar sobre o assunto, pelo que acha que este não foi o melhor caminho para lidar com o problema, pois a Junta foi confrontada com a realidade, só depois do facto consumado. Falou

também, sobre a instalação da Esquadra da PSP, perguntando à Câmara o que aconteceu ao edifício que era destinado àquela esquadra. Sobre o Centro de Saúde, disse que está muito degradado, aparecendo uma placa na qual informa que o terreno foi cedido ao Estado para instalar a Esquadra da PSP, informando que gostaria de acompanhar o processo de perto de modo a que não aconteça o mesmo que aconteceu com as ligações ao IC17.

O Senhor Guilherme Guimarães, na sua intervenção, falou sobre os acessos à CRIL, dizendo que estes, junto de Alfovelos, são provisórios pelo menos até 1999 mas, depois dessa data, será ainda mais preocupante, pois constatou, ao consultar o projecto, que os acessos mais próximos à CRIL, serão na Buraca ou em Odivelas, o que quer dizer que Alfovelos irá suportar um fluxo suplementar de tráfego, nesta fase provisória, e após a sua conclusão, os habitantes de Alfovelos para irem para a CRIL, terão de ir a Odivelas ou à Buraca. Falou sobre uma notícia que leu no jornal “O Público”, relativa ao Relatório da Inspeção de Finanças e onde informava que aquele organismo efectuou uma inspecção ao Município e que a mesma apontava algumas anomalias, nomeadamente que os Inspectores terão referido que, aquando do interrompimento de uma Sessão Ordinária, não poderia ser marcada nova Sessão sem que antes tivesse ocorrido a segunda reunião, terminando a agenda dessa Sessão Ordinária. Esta situação, disse, é impossível pois pode acontecer que na Sessão Ordinária de Dezembro, que é para a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, seja impossível terminar a Ordem de Trabalhos e, pode acontecer, que a Assembleia não tenha recebido toda a documentação, a não ser em Fevereiro, mês este, em que também há a obrigatoriedade de se realizar uma Sessão Ordinária. Segundo esta mesma notícia, disse, são referidas anomalias na Câmara de extrema gravidade, nomeadamente ao nível da gestão de pessoal, de empreitadas e outras. Nessa conformidade, fez um pedido ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de esclarecer se a notícia corresponde ou não à verdade. Caso não corresponda, solicitou que fosse feita uma comunicação aos Municípios, esclarecendo-os. Se por outro lado, a notícia é verdadeira, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que apresente aos Municípios, em seu nome e no da Câmara, as suas desculpas. Ainda relativamente à mesma notícia, disse, faz referência à insinuação, por parte do PCP, de que esta inspecção “tem a mão” do ex-Vereador desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Câmara, actual Secretário de Estado, o Senhor Armando Vara, pelo que considera esta acusação como uma cabala e uma calúnia.

O Senhor Galhanas da Luz, na sua intervenção apresentou a todos os presentes as boas vindas à Freguesia da Brandoa. Falou de seguida sobre os acessos à Brandoa, dizendo que as dificuldades afectam toda a freguesia. Falou, sobre uma execução administrativa efectuada a obras particulares, a qual veio noticiada no Boletim Municipal, perguntando se todas as solicitações dos munícipes são consideradas de modo a resolver todas as dificuldades e quais os critérios usados pela Câmara na atribuição dos meios financeiros, no âmbito do artigo 15º do RAU. Por fim, perguntou se esta situação tem a ver com o RECRIA e com a execução de obras coercivas.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre a o problema do Senhor Fontinha, dizendo ser um problema que já foi colocado à AMA, há um ano atrás, tendo o Município questionado a Câmara e esta não lhe respondeu. Disse que o Cemitério e o Hospital estão mal sinalizados, o que prejudica as pessoas que para ali se dirigem. Por fim, falou sobre uma notícia publicada pelo jornal "Correio da Manhã", consubstanciada numa entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara sob o título "Os Traços do Progresso na Cidade da Amadora". Após ter procedido, por diversas vezes, à sua leitura, ficou com dúvidas se a notícia se referia à Amadora, ou se era um erro de impressão, no entanto, ficou sem dúvidas ao verificar que a notícia estava ilustrada com um fotografia do Senhor Presidente. Da notícia retirava-se que a Amadora não tem problemas, isto é, que na Amadora os problemas terminaram, pois falava-se em "reajuntamento exemplar". Mas, como haverá reajuntamento exemplar se há pouco tempo é que foi acordado o processo que conduzirá ao reajuntamento, e o único que há é aquele que todos nós conhecemos e as barracas continuam a existir e as pessoas continuam a viver em condições sub-humanas.

O Senhor Francisco Mota, na sua intervenção, lamentou que o Senhor Presidente da Câmara tivesse apenas respondido a uma questão, das que foram colocadas pelo público, perguntando à Câmara o que se passa com o Palácio da Brandoa, o que se passa com as rotundas de

Alfornelos, e cujas obras estão paradas. Falou, sobre o trânsito na Brandoa, dizendo que os condutores que pretendem sair da freguesia, são sempre confrontados com um sinal de "STOP", não existe prioridade em qualquer saída, sendo-se obrigado a deixar passar toda a gente, venha de onde vier. Referiu ainda, que a Comissão de Moradores usufrui de um melhor relacionamento com a JAE do que a própria Câmara, pois há documentação que foi enviada pela JAE, quando na verdade deveria ter sido remetida pela Câmara. Por fim, falou as carências de estacionamento verificadas junto do Centro Comercial de Alfornelos.

O Senhor Presidente da Câmara, interveio para dizer que o público quando faz as suas perguntas, estas são dirigidas à Assembleia Municipal, e esta por sua vez, é que deve dirigi-las à Câmara, referindo que a resposta que deu correspondia a uma questão de planeamento e que interessava a todos. Sobre a falta de estacionamento em Alfornelos, disse, em 1973, data em que foi aprovada a urbanização, não era obrigatório a criação de estacionamento, não podendo a Câmara aplicar a lei rectroactivamente, pois seria ilegal. Sobre os acessos à Brandoa, lembrou que, antes do 25 de Abril não existiam, a não ser uma ligação à Amadora via Benfica, de outro modo só a pé. A Estrada dos Salgados não existia e a estrada de cima era uma ruela pedonal. Só após o 25 de Abril, no tempo da Comissão Administrativa, é que foi alcatroada a primeira ligação directa à Amadora - a Estrada dos Salgados. Mais tarde, foi feita a rua, pelo lado Norte, ligando a Brandoa à Mina. Informou que, no presente mandato, todas as ruas da Brandoa serão alcatroadas. Quanto à carência de placas direccionais para o Hospital, disse ter tomado nota, ressaltando que nunca foi colocada tanta sinalização no Concelho como este ano. Relativamente ao carro que foi rebocado, disse que o seu proprietário foi notificado, e nesta fase, o problema apenas se poderá resolver pela via judicial. As obras coercivas, disse, são diferentes do RECRIA, pois estas são solicitadas pelos inquilinos, enquanto que o RECRIA é dirigido aos proprietários, pelo que são distintas. A Câmara vai, na medida do possível, dando andamento aos processos, quer de Obras Coercivas quer de RECRIA, correspondendo a um investimento na ordem dos milhares de contos/ano. O critério é em função da urgência e da gravidade do estado do edifício. Actualmente, existe mais de um milhar de processos, grande parte dos quais herdados da Câmara de Oeiras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Informou, que a construção da Esquadra de PSP, não é da competência do Município, mas sim do Governo. A Câmara da Amadora, tem vindo a reclamar, junto do Governo a solução dos problemas de segurança, dado tratar-se de um dos problemas mais graves que afectam o Concelho. Colocou, mediante o pagamento de uma renda, à disposição da PSP, terrenos para a construção de esquadras, lembrando que todas as instalações da PSP no Concelho ou são da Câmara, ou esta paga a renda, não sendo no entanto obrigada a isso. No entanto, disse, a Assembleia Municipal tem uma Comissão de Segurança, a qual poderá reclamar, junto do Governo sobre essa matéria, não entendendo por isso a razão dos Membros da Assembleia lhe fazerem perguntas sobre este assunto. Em matéria de acessos à CRIL, disse que no Plano Director Municipal, estão previstas várias entradas e saídas da CRIL, nomeadamente duas entradas para Alfovelos, não sendo por isso, só através de Odivelas e da Buraca. A construção da CRIL é um processo complicado, na medida em que, só em realojamentos, serão gastos milhões de contos, estando prevista a sua conclusão para o ano dois mil. Informou que o concurso da Radial da Pontinha já foi feito. No entanto o PSD, antes das Eleições, lançou um concurso fantasma pois não tinha Caderno de Encargos, pelo que foi anulado. Já após a tomada de posse do novo Governo é que foi lançada a obra, tendo quinhentos dias para a sua construção. Quanto às rotundas que estão a ser feitas na Rua Luis de Camões, estas estão a ser construídas pela Câmara, mas a que ficará junto à vacaria será da responsabilidade da JAE. Por fim, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo lamentar que conversas particulares fossem transmitidas numa Assembleia. No entanto, esclareceu, foi solicitado, à frente do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Brandoa, à Senhora Secretária de Estado para que o Palácio da Brandoa fosse incluído no PER-Famílias, pedido que ela negou por ser ilegal e por ser uma situação da responsabilidade de particulares. Outra solução considerada, será a Câmara adquirir o edificio e depois proceder ao realojamento das pessoas e que para o qual já existem programas específicos. Esclareceu, que ocorreram duas inspecções, sendo uma da Inspeção Geral de Território, onde nada se provou e o processo foi arquivado, a outra, da Inspeção Geral de Finanças, remeteu o Relatório à Câmara para que esta pudesse prestar alguns esclarecimentos. Esses esclarecimentos, disse, já foram

prestados, e no momento, encontram-se a ser analisados pela Inspeção, pelo que não considerou lógico estar a adiantar mais alguma coisa, na medida em que, só após essa análise e de se retirarem as conclusões é que será possível ser tornado público.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio, para esclarecer que não são apontadas anomalias, por parte da Assembleia Municipal. A Inspeção Geral de Finanças, não só refere que não as há, como o próprio Relatório Final reconhece que não existem, em relação aos procedimentos da Assembleia, qualquer espécie de anomalias. Lamentou ainda que, se o "Público" publicou alguns disparates, estes estejam a ser utilizados na Assembleia e porque a pessoa que fez o artigo não teve o trabalho de se dirigir à Assembleia, onde poderia ter sido esclarecida sobre o assunto.

De seguida, informou que se encontrava na Mesa um Requerimento a solicitar o prolongamento do presente período. Após a sua leitura, colocou-o à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 32 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, interveio o Senhor António Filipe, para falar sobre as acessibilidades à CRIL e ao Metro da Pontinha, dizendo que estas já deveriam ter sido feitas e que o "diálogo" do Governo para com a Câmara e para com a Junta de Freguesia deveria ter sido outro, por forma a que todos incómodos tivessem sido estudados atempadamente e tivessem sido encontradas as melhores soluções. Sobre a esquadra de Brandoa disse que, em 1983, o Governo fez publicar em Diário da República, a criação da Esquadra da Brandoa. Esta foi criada e a Câmara disponibilizou espaços para a sua construção, no entanto, o Governo nunca os aproveitou. Sobre as inspecções, disse, nunca houve nenhum processo instaurado à Câmara no decorrer das mesmas, mas quem ler a imprensa encontra dezenas de notícias sobre o assunto, no entanto depois tudo é arquivado, pelo que alguém está a actuar de má fé, pois os jornalistas não inventam estas notícias. Alguém está interessado em denegrir a Câmara da Amadora e passa-lhes estas notícias. Falou também sobre o Projecto de Lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a criação da Freguesia de Alfovelos, referindo que foi um dos subscritores e que foi o primeiro projecto que entrou na Assembleia da República. Este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Projecto de Lei, disse, não contempla só a criação da freguesia de Alfofnelos, mas a reorganização administrativa do Município da Amadora com a criação de três novas freguesias, concretamente a de S. Brás, a da Venda Nova e a de Alfofnelos, já referida. Este Projecto, no seu ponto de vista, corresponde a uma necessidade objectiva sentida pelo Concelho na criação de mais freguesias, no sentido de corresponder melhor aos problemas que as populações sentem. Por fim referiu, que não houve vontade política, da parte da nova maioria, apesar de apresentar também um Projecto de Lei, para a criação de novas freguesias, de modo a que, nas próximas eleições autárquicas, pudessem ser eleitos os autarcas das mesmas.

O Senhor João Caldeira, na sua intervenção, falou sobre o Boletim Municipal, dizendo que em determinada altura, este refere que os funcionários devem ter em conta os Códigos Postais das Freguesias, nomeado depois as freguesias, onde foi incluído o Borel, pelo que deve ser um lapso, pois não existe nenhuma Freguesia do Borel. Por fim, falou sobre os acessos à Freguesia da Brandoa, dizendo que para se fazerem estes acessos foram necessários vinte e quatro anos.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, falou sobre a gestão do Cemitério da Amadora, dizendo ter tido conhecimento da existência de anomalias no âmbito dos preços, transladações, etc. Dado tratar-se de uma matéria muito sensível, e a quase todos penaliza, gostaria de ser informado sobre a forma que está a ser gerido o Cemitério. Sobre o Palácio da Brandoa, disse, o Partido Popular fez algumas diligências, quer junto do Presidente da Câmara, quer junto da Secretaria de Estado, quer ainda, junto de várias entidades para a resolução dos problemas do Palácio da Brandoa, e após o assunto ter sido endossado à Câmara pela Senhora Secretária de Estado, esta responde que talvez, caso assim o entenda. Por fim, perguntou o que é necessário que aconteça para que a Câmara entenda que é necessário intervir neste caso. Talvez seja necessário que aconteçam mais desgraças, para que a Câmara actue.

A Senhora Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, falou sobre o caso do Senhor Fontinha, dizendo não se conformar com a resposta do Senhor Presidente da Câmara, pois o carro foi rebocado, aquando do internamento do proprietário, pretendendo agora que ele pague o estacionamento, o que não pode ser, pois foi contra a sua vontade e conhecimento por se encontrar internado, durante dois meses, no Hospital de Santa Maria, o que já foi provado, pelo que solicitou que o caso seja resolvido, pois o Senhor, que sofre de asma, necessita do carro para transportar as garrafas de oxigénio. Por fim, falou sobre as inspecções à Câmara, considerando que o PCP está a fazer o papel de vítima, quando não se sabe se é verdade.

O Senhor Armando Paulino, voltou a intervir, para falar sobre a urbanização de Alfornelos, dizendo que o Senhor Presidente da Câmara disse que o Alvará data de 1973, aprovado ainda pela Câmara Municipal de Oeiras, daí não estar previsto o estacionamento, assim como diversas infraestruturas, sendo muito difícil actualmente resolver o problema, pelo que solicitou a marcação de uma reunião com a Câmara, Associação de Moradores e com a Junta de Freguesia da Brandoa, para que seja analisado o Alvará inicial e verificar se aquilo que aconteceu nesta última fase, estava ou não previsto, por forma a isentar o Executivo e a Câmara, de uma vez por todas, pela falta de infraestruturas. Sobre a Esquadra da PSP, disse ter em seu poder documentos que atestam a boa vontade da Câmara para com o Ministério, através da cedência de instalações e terrenos, mas torna-se necessário acrescentar que estas cedências não são só da competência da Câmara, já que esta pede contrapartidas, citando o exemplo de que em 1991 a Câmara pediu, ao então Ministério da Administração Interna, por aquilo que hoje são os restos mortais da Escola Primária nº 1 e terrenos envolventes, qualquer coisa como trinta e quatro mil cento e oitenta contos, para que ali fosse construída a esquadra da PSP. Falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que em 1990, numa campanha eleitoral, num documento da CDU, vinha expresso que uma das preocupações para a Freguesia da Brandoa era a sua recuperação, pelo que não é só o PS que está preocupado com o mesmo, mas também a CDU. Por fim, falou sobre Alfornelos, dizendo que existem poucos estacionamentos porque as garagens existentes são utilizadas com espaços comerciais e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

para o fim a que se destinam, não se sabendo se esta ocupação é ou não ilegal, ou se ocorreu alguma alteração da utilização dos espaços.

O Senhor Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo terem sido efectuados vários pedidos à Câmara no sentido de solucionar o problema. Perguntou para quando a Câmara prevê a retirada de três out-doors, instalados na Rua Capitães de Abril/Avenida Rui Luis Gomes, junto ao Centro Comercial, uma vez que já foram feitas várias solicitações nesse sentido, sem que as mesmas tenha sido atendidas. Voltou a falar sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que as questões colocadas pelos moradores são legítimas, pois vivem em condições extremamente precárias, recordando que foi à base de perseguição aos Membros do Executivo, que o cidadão Mário Cerqueira, ex-morador do Palácio e sem família, conseguiu ter uma casa.

O Senhor António Mira, na sua intervenção, congratulou-se pela realização da Sessão na Brandoa, perguntando de seguida se, com a ligação à CRIL, e como foi proibido o estacionamento na Rua Capitães de Abril, houve alguma alternativa de estacionamento para os moradores do Bairro de Alfornelos. Perguntou também, com estava o problema da construção do Centro Paroquial de Alfornelos, uma vez ter tido conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara teve uma conversa sobre o assunto com o Senhor Ministro da Solidariedade. Falou sobre o Complexo Desportivo do Monte da Galega, dizendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira/Venda Nova disse que aquele equipamento pertence à sua Freguesia, quando o Programa de Candidatura da CDU declara que o mesmo pertence à Brandoa, pelo que perguntou a que freguesia pertence na verdade. Por fim, falou sobre o local onde está a Vacaria e o Estaleiro da firma Alves Ribeiro, referindo tratarem-se de espaços geradores de poluição e solicitando a sua erradicação.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este período por encerrado.

VI - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº. 1 do Artº. 39º, do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora acerca da Actividade Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este procedesse à introdução do Relatório.

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara falou sobre o Palácio da Brandoa, referindo ter sido acusado de ser insensível a este caso, mas a Câmara não é só o Presidente. Ela é constituída por quatro eleitos da CDU, quatro do PS e três do PSD, lembrando que falava apenas em nome da Câmara e não em nome da CDU, dizendo aguardar que chegassem à Câmara propostas de resolução do problema. Esclareceu ainda que a proposta de atribuição de uma casa, ao Senhor Mário, não foi apresentada pela sua força politica, mas sim pelo PSD. Sobre o caso da viatura rebocada, disse que a Assembleia Municipal pode consultar o processo. Este é muito complicado e está a ser seguido pelos advogados da Câmara assim como pela Fiscalização. O estacionamento em Alfornelos, disse, é da responsabilidade dos Vereadores do PS, bem como o problema do trânsito, apesar deste ter sido discutido juntamente com a Junta de Freguesia. Relativamente ao Centro Paroquial de Alfornelos, disse que falou com o Senhor Ministro para o informar da razão pelo qual o Governo anterior não financiou a totalidade do centro. O actual Governo comprometeu-se perante o Pároco a conceder o financiamento, no entanto, até ao momento, devido a alguns problemas, ainda não foi concedido. Sobre a Casa Roque Gameiro, disse, ainda não abriu ao público, mas será em breve. Relativamente à recuperação dos Recreios da Amadora, informou que esta irá custar mais de quatrocentos mil contos. Finalmente, sobre os realojamentos, informou que a Câmara tem um planeamento que contempla a construção de 145 fogos em 1997, 1184 fogos em 1998, e em 1999, 875 fogos.



Guilherme
Leigal
Am.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Após esta intervenção inscreveram-se para intervir os Senhores Guilherme Guimarães, Alves Nunes, José Teodoro, Armando Paulino, Tremoço de Brito, a Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado e o Senhor Manuel Jerónimo.

O Senhor Guilherme Guimarães, na sua intervenção, falou sobre o Centro Paroquial, dizendo que no mandato anterior foi analisado, pela Assembleia, o projecto e uma das contrapartidas devidas pelo urbanizador, era este ser responsável pelo Centro Paroquial e zonas verdes, o que não cumpriu. Por fim, disse que a Câmara tem responsabilidades pelo facto do urbanizador não ter cumprido.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre o Relatório de Actividades da Câmara, no âmbito do Pelouro da Educação e Ensino, informando que no mês de Março foi desenvolvida uma acção de apoio na escolha do Patrono e foi elaborada uma proposta à Câmara, salientando que, mais uma vez, as Juntas de Freguesia não foram chamadas a dar parecer, assim como não foram consultadas no processo de atribuição de nomes às Escolas. Esclareceu que na página 14 é referido que foi efectuada uma reunião do Departamento de Administração Urbanítica com a Escola D. Francisco Manuel de Melo para discussão de questões de trânsito, e mais uma vez a Junta não foi ouvida. Informou que, quanto os placards publicitários colocados junto da Casa Aprígio Gomes, a Junta tem agido no sentido de serem retirados, no entanto foi informado de que a Câmara teria notificado a empresa para a sua retirada no prazo de 30 dias. Findo esse prazo a Fiscalização da Câmara iria verificar se os mesmos teriam ou não sido retirados. Por fim, informou que os acessos à Junta de Freguesia são difíceis, e esta carece de espaços culturais.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, congratulou-se com a remoção de 189 viaturas abandonadas na via pública. Quanto ao caso da viatura do Senhor Fontinha, confessou-se chocado com a situação, perguntando se era ou não verdade que a viatura foi rebocada enquanto o dono se encontrava hospitalizado, bem como, se depois da sua saída do hospital, se este apresentou documentação suficiente de modo a justificar a entrega da viatura. Relativamente aos deficientes, declarou o seu agrado pelo facto de no Boletim Municipal

constar uma notícia, acompanhada de uma fotografia, sobre uma visita a uma exposição por parte dos deficientes. No entanto, considerou esta acção como insuficiente, pois os deficientes ficariam mais reconhecidos se a Senhora Vereadora do Pelouro recebesse os terapeutas das diversas organizações, em vez de levá-los a exposições. No que se refere aos 77 realojamentos, disse que quem lê o Relatório da Actividade, fica com a ideia de que a Câmara foi a figura chave destes realojamentos, perguntando se a Santa Casa da Misericórdia não participou neste processo. Por fim, informou que os fogos foram construídos pela Santa Casa da Misericórdia, subsidiados por organismos oficiais, e o que a Câmara fez foi comprar os fogos à Santa Casa.

A Senhora Vereadora Helena Bastos, interveio para exercer o seu direito de resposta sobre o caso do Senhor Fontinha, dizendo que o mesmo insultou-a, encontrando-se o caso em Tribunal, e estando, caso necessário, o processo à disposição dos Membros da Assembleia. Quanto ao assunto dos deficientes, informou já ter saído uma postura municipal sobre a eliminação das barreiras arquitectónicas.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre o Relatório de Actividade, nomeadamente no que se refere aos transportes, pois prevê a construção de uma "box" no Largo 1º de Maio, e da qual não teve conhecimento.

O Senhor José Teodoro, voltou a intervir para exercer o seu direito de resposta no que se refere aos deficientes, dizendo que uma terapeuta telefonou à Senhora Vereadora para que esta a recebesse, mas não foi atendida.

A Senhora Vereadora Helena Bastos, voltou a intervir para exercer o seu direito de resposta, dizendo que não trata de assuntos pelo telefone, preferindo receber os munícipes. Informou que a Câmara não subsidia a eliminação de barreiras arquitectónicas em prédios particulares. A Câmara tem eliminado essas barreiras na via pública, e ainda, no âmbito das taxas a cobrar aos urbanizadores, foi proposto que os elevadores e as áreas com rampas para deficientes, no interior dos edifícios, fossem descontadas e não cobradas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Tremoço de Brito, interveio para falar sobre a descentralização das Sessões da Assembleia Municipal, dizendo que todos estiveram de acordo, para que as populações pudessem colocar os seus problemas.

A Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, interveio para exercer o seu direito de resposta, dizendo estar convencida que a viatura foi rebocada aquando do internamento do proprietário.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº 2 do Artº. 39º. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao *"Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1996"*;

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças reuniu-se para apreciar esta matéria, tendo emitido um Parecer, o qual foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia, informou estarem abertas as inscrições para intervenção neste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Frade e José Teodoro.

Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que os documentos seriam colocados à votação em separado, pelo que, colocou de imediato à votação o Relatório de Actividades do ano de 1996, sendo este aprovado por maioria, com 13 votos a favor, 1 contra e 17 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, colocou a Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1996 à votação, sendo aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 1 contra e 5 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Após as votações, foram proferidas Declarações de Voto pelos Senhores João Vieira, pelo CDS/PP, Guilherme Guimarães, pelo PS, e finalmente pela Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, pelo PSD (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este ponto por encerrado.

Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada, pela 01.30 horas.

João Vieira
Guilherme Guimarães
Maria Luisa Jubilado